

NO TRABALHO COM CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA

(Texto em processo de elaboração)

Histórico

“O CONTEXTO HISTÓRICO DO ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE SÃO PAULO

A situação de crianças e adolescentes que têm a rua como espaço de moradia e sobrevivência é responsabilidade de todos. Muita coisa falhou para que uma criança ou um adolescente pudesse ter a rua como moradia. Causas econômicas, sociais, políticas e culturais concorreram, no todo ou em parte, conjunta ou isoladamente, para que isso acontecesse, impondo às crianças e adolescentes a experiência de sobrevivência num ambiente que é totalmente contraditório com a condição peculiar de pessoa humana em desenvolvimento pessoal e social. Estando na rua, crianças e adolescentes constroem maneiras de ser, de ver o mundo, de lidar consigo e com os outros, nas condições concretas de sobrevivência que lhes foram impostas. A rua, em geral, não é uma entre tantas alternativas, mas a última alternativa que restou dentro um contexto que lhes negou seus direitos fundamentais.

Em São Paulo, umas das maiores cidades da América Latina, a presença de crianças e adolescentes nas ruas não é novidade há muitos anos, assim como as respostas que vêm sendo dadas a esta realidade. Nos últimos vinte anos, muitas experiências fizeram-se presentes nesta realidade, algumas com maior e outras menor sucesso. A Fundação Estadual do Bem Estar do Menor, sempre presente, viveu momentos de maior ou menor aproximação com o problema, contudo, sempre mostrou-se ineficiente e ineficaz no tratamento da questão, sendo até mesmo um dos motivos imediatos que levam crianças e adolescentes para as ruas. Políticas repressivas, tentativas de tirar as crianças e adolescentes das ruas através de ações truculentas e higienistas da política também mostraram-se fracassadas, completamente ineficazes na tentativa de limpar as ruas e dar paz à população, sem dizer que apenas agravaram a situação na medida em que possibilitaram a atomização dos grupos em diversos pontos da cidade.

Nos anos 80, uma forte repressão policial impediu a presença de crianças e adolescentes em situação de rua na Praça da Sé, ocasionando a divisão do grupo que ali vivia em diversos outros grupos, que passaram a ocupar outros locais do centro da cidade (7 de abril, Santa Cecília, República, etc). Surgiram, assim, novos grupos, novas lideranças e o controle rígido do grupo da Sé à entrada de novos membros, deu lugar a grupos mais flexíveis à chegada de novas crianças e adolescentes. A população de rua aumentou consideravelmente.

Ações assistencialistas ou de mera assistência, isoladas e descontínuas, paralelas e desarticuladas, muitas vezes serviram para agravar a situação, mantendo as crianças e adolescentes na mesma situação ou em situação pior através dos anos que, sem perdão, deixam suas marcas na vida e na história das mesmas e da cidade.

De todas as experiências e tentativas, as propostas centradas nas práticas na conjugação educacional (propostas pedagógicas que têm a Educação de Rua como centro), e assistencial (proteção social através de subsídios, apoio, orientação, referência, serviços e benefícios), foram as que se mostraram mais eficientes, permanecendo através dos anos como proposta de diferentes instituições em diferentes momentos. Mostraram-se, conseqüentes e preparadas para dar resposta a esta situação tão grave, contudo, contando com pouco ou nenhum apoio da população e dos governos que se sucedem, seja no município ou no Estado.

Exemplo disso é a permanência da proposta de Educação de Rua, realizada através de Educadores Sociais, sistematizada pela Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo em 83, que passou a ser assimilada por outras instituições e sobrevive até os dias atuais, não só no Brasil como em outros países. Foi na Praça da Sé e na área central da cidade que surgiu a experiência dos Educadores Sociais de Rua, da Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo, em 1982/83, firmando-se como uma prática bem sucedida e que se multiplicou. As metodologias utilizadas na educação de rua foram sistematizadas e aprimoradas através dos anos, desdobrando-se em linhas pedagógicas diversas e de caráter crítico, que serviu à denúncia da situação das crianças e adolescentes nos anos 80 e ao anúncio de novas propostas inovadoras e condizentes com a era dos direitos e da participação democrática da população na formulação e controle das políticas públicas dos anos 90.

A área central da cidade recebeu também projetos bem sucedidos como o Projeto Crianças de Rua, a Escola Oficina do Parque Dom Pedro, o Clube da Turma da Moóca e a Casa Aberta da Sé, todas iniciativas governamentais que, talvez por isso mesmo, dentro da tradição política brasileira, não tiveram a sorte da continuidade e do conseqüente aprimoramento de suas práticas ao longo dos anos. Essas experiências, de boas lembranças, não foram sendo superadas através dos anos por outras experiências melhores, que dessem continuidade ao que estava sendo feito, mas em melhores condições e com maior rigor técnico, como a própria prática demonstrou ser necessário. Apenas deixaram de existir quando os governos assim decidiram, contando com o silêncio, a conivência, a omissão, a impotência ou, de outro lado, até mesmo o protesto de setores da sociedade civil organizada com militância na área, que pouco ou nada fez ou pôde fazer frente aos interesses governamentais.

Dessas experiências, ficam apenas algumas lições aprendidas que podem ser valiosas para a construção de um novo tempo na área do atendimento das crianças e adolescentes em situação de rua:

Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 8.069, de 1990, ainda não foi implementado em todas as suas determinações no Estado de São Paulo, deixando, contudo, a esperança de que sua aplicação prática poderá trazer uma situação realmente diferente na atenção à população infanto-juvenil, como tem ocorrido nos demais Estados da Federação.

O município de São Paulo, através da Prefeitura, apenas recentemente e muito timidamente (sem entrar em análises mais profundas sobre eficiência e formas de intervenção) apresentou propostas de atendimento de crianças e adolescentes em

pública/justiça/assistência social), acabavam ficando nestes projetos ou neste circuito de atendimento (Febem-rua-projetos) sem perspectivas de darem um salto de qualidade nas condições de existência além da melhoria da qualidade de vida nas ruas.

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE RUA
CONCEITO QUE SE TRANSFORMOU E TEVE SEU FIM COM O NOVO
MOMENTO HISTÓRICO DO PAÍS:
DE QUE CRIANÇAS E DE QUE RUA ESTAMOS FALANDO?**

DE MENOR DE RUA A CIDADÃO

**O SURGIMENTO DA FUNDAÇÃO PROJETO TRAVESSIA
SUA CONSTITUIÇÃO E CARACTERÍSTICAS.**

Partindo do entendimento que a responsabilidade pela situação das crianças e adolescentes nas ruas é de todos, não apenas dos governos, e que o enfrentamento da questão também deve ser de todos, numa ação articulada e integrada de esforços governamentais e não governamentais que fortaleçam as políticas públicas, a comunidade organizada da área central da cidade, através do Viva o Centro e da iniciativa do Sindicato dos Bancários e do Banco de Boston, procurou desenvolver um projeto inovador que tem as seguintes características:

Ser uma iniciativa comunitária, que congregue esforços diversos e plurais em torno dos direitos da criança e do adolescente, bem como da efetiva implementação do ECA.

Ser uma iniciativa não governamental que executasse atendimento direto à população em situação de rua de forma integrada e articulada às demais iniciativas governamentais e não governamentais existentes, procurando demandar ou fortalecer, incentivar e tomar parte de uma proposta de atendimento em REDE, como sugere o ECA.

Ser uma instituição educativa e assistencial que não substitui as demais iniciativas, mas que dentro da REDE procurasse realizar suas propostas através de parcerias e alianças, sem espaços ou unidades próprias que a fizessem crescer em torno de si mesma.

Ser uma iniciativa de atenção direta e de mobilização da sociedade, entendendo que a promoção dos direitos da população infanto-juvenil é fundamental na transformação da vida de cada criança e cada adolescente, mas sobretudo na transformação da vida da sociedade como um todo, dentro do processo de democratização do país com qualidade de vida e pleno exercício de cidadania para todos.

Ser uma iniciativa que se preocupa com o debate e a reflexão constante sobre a questão da criança e do adolescente, promovendo espaços de capacitação, de sistematização da prática e de assistência técnica para seus profissionais e para os parceiros e aliados da REDE de atenção aos direitos da criança e do adolescente.

Ser uma iniciativa que busca participar de forma ativa e crítica do processo de implementação do ECA, principalmente no que diz respeito ao fortalecimento das

situação de rua, o que também permite à sociedade paulistana esperar que maior empenho das autoridades municipais possam trazer melhores resultados no futuro.

A figura do Educador Social de Rua e a presença dos mesmos nas ruas, mostrou-se eficaz na realização da proposta binária educação-assistência, sendo personagem chave no processo de saída das ruas através de metodologia que, como foi dito, é consagrada internacionalmente. Com isso, reafirma-se a importância da proposta de Educação de Rua enquanto um PROGRAMA que, por ser consequente, desdobra-se em outros momentos educativos fora da vivência na rua, possibilitando real exercício de cidadania, principalmente através do regresso à escola.

Nestes anos todos, em nenhum momento a comunidade da área central da cidade (habitantes, comerciantes, empresas, etc) foi chamada a conhecer, a apoiar ou participar dos projetos que estavam sendo desenvolvidos. Por outro lado, também não se mostrou interessada de forma efetiva pelo assunto. Houve uma tentativa neste sentido muito conhecida e respeitada na experiência do Centro Comunitário do Menor, liderado pelo Pe. Batista, da Catedral da Sé. A comunidade da região central nem mesmo assim se chamava ou estava organizada, expressando-se através de vozes isoladas, em geral, sempre contrária a qualquer proposta que não fosse imediatista e repressiva em relação às crianças e adolescentes, associando-os apenas e sempre à questão da criminalidade e da violência. Nem sequer em sonho poderia se esperar que um dia essa comunidade, de forma organizada, pudesse aceitar a população de rua como parte integrante dessa comunidade, buscando desenvolver alguma proposta educativa e de demanda qualificada sobre as políticas públicas, como está começando a acontecer atualmente.

As experiências que tiveram portas abertas diretamente na rua Atendimento que as crianças e adolescentes poderiam usufruir mesmo morando nas ruas, utilizando-os para suprir parte ou a maior parte de suas necessidades básicas sem o compromisso de estarem fora da vivência das ruas. As crianças e adolescentes, mesmo que limitadas por regras às vezes rígidas, poderiam entrar e sair das unidades para voltarem para as ruas, uma vez que eram espaços educativos em meio aberto. (Projeto Crianças de Rua, Escola Oficina, Clube da Turma da Moóca), atendendo de forma parcial (espaço de educação, alimentação, lazer e atendimento social) ou mais completa (com dormida) as necessidades básicas das crianças e adolescentes em situação de rua, foram muito eficazes na proposta educativa, conseguindo atrair com competência um grande número de crianças e adolescentes, fixando uma população que em geral é altamente rotativa. Contudo, mostraram-se incapazes, com pouco apoio ou preocupação, de dar conta do atendimento do que era também fundamental para as crianças e adolescentes nesta situação: a saída das ruas e a construção ou reconstrução dos vínculos familiares, o regresso/acesso/permanência e sucesso na escola, bem como a vinculação com a comunidade de origem em outros patamares. As unidades citadas passaram a fazer parte do circuito e da lógica da rua, que pode ser entendida e analisada como instituição total, complementando-a e complementando-se entre si sem gerar inclusão através do binômio família-escola. Foram eficientes enquanto experiências de redução de riscos (dormir num quarto ao invés da rua, alimentar-se sem ter que pedir ou roubar, etc), se assim podemos entendê-las, mas ineficazes na superação da lógica de exclusão que a rua encerra. Com isso, grandes contingentes de crianças e adolescentes que eram compelidos para as ruas diretamente de suas comunidades de origem ou de unidades do sistema Febem (segurança

ativa, o educador vai aproximando seu olhar, de forma a mostrar que está observando e quer ser abordado. O segundo momento inicia-se com o primeiro contato verbal, a partir do que os sujeitos ganham nome (fictício ou não). Este diálogo tem função de problematizar o discurso do garoto, ao mesmo tempo em que a atenção do educador se afina com possibilidades de fazer coisas junto com a criança, atividades mediadas por recursos (materiais, técnicas) aos quais são agregados dois temas constantemente subjacentes - história familiar e escolar. O terceiro momento começa a se vislumbrar quando os garotos passam a relatar suas dificuldades, querem apresentar suas famílias aos educadores, percebem que as ruas são impedimento para a realização de algumas coisas interessantes, ou seja, deixam de pedir para sair das ruas, e passam a querer coisas para fora das ruas.

- ⊗ **Rotina:** O trabalho se dá em duplas de profissionais com perfis complementares. A presença nas ruas se dá num mesmo território, todos os dias da semana, no mesmo horário com as mesmas duplas de educadores. Os educadores trabalham oito horas diárias, sendo quatro no atendimento direto e quatro em atividades de formação e suporte.

Como pensamos o processo de saída das ruas ?

Estamos redigindo.

Como pensamos o sistema de acolhimento ?

Entendemos que o sistema de acolhimento engloba diversas ações. Abaixo apresentamos algumas considerações ligadas ao âmbito do acolhimento em espaços de moradia.

- a entrada das crianças e adolescentes deve se dar preferencialmente através de encaminhamento de profissionais que os conheçam em decorrência de contato nas ruas (preferencialmente num processo educativo).
- os profissionais que realizam o trabalho nas ruas podem ou não ser vinculados ao abrigo. Porém cabe explicitar que é necessário forjar institucionalmente que os profissionais sintam a especificidade do trabalho nas ruas, realizando um trabalho complementar ao do abrigo.
- o abrigo deve ter clareza de sua provisoriedade na vida das crianças que acolhe, ou seja, é a presença dos profissionais que tem tempo de duração na vida da criança e não a criança que é temporária no abrigo. Tomar a criança como foco das ações.
- o abrigo deve considerar a criança em sua integralidade, garantindo que usufrua das condições necessárias ao seu desenvolvimento (a meta é ser adulto cidadão),
 - * ser escutada e manifestar seus quereres é um direito,
 - * estar saudável é um direito,
 - * escolarizar-se é um direito,
 - * manter contato com os familiares é um direito,
 - * manter práticas cotidianas esportivas é um direito,
 - * conhecer a diversidade de histórias e eventos culturais é um direito,
 - * viver momentos de lazer é um direito,

políticas públicas através dos Conselhos Setoriais e dos Conselhos de Direitos enquanto órgãos públicos de formulação e controle destas políticas.

Ser uma iniciativa voltada à defesa dos direitos da criança e do adolescente, utilizando-se direta ou indiretamente dos mecanismos de exigibilidade contidos na lei para fazer cumprir os direitos ameaçados ou violados desta população, seja no âmbito individual ou dos direitos transindividuais, difusos e coletivos.

Ser uma iniciativa voltada ao acompanhamento das políticas públicas, procurando garantir sua universalidade, qualidade, eficácia e coerência com as diretrizes do ECA, através do acompanhamento do orçamento público federal, estadual e municipal, reconhecendo-o como instrumento fundamental na garantia de direitos.

Ser uma iniciativa que valoriza e prioriza a atenção na própria rua, através de territórios fixos onde a prática de educadores do Programa de Educação de Rua se realiza no contato direto, frequente, afetivo e efetivo com as crianças e adolescentes, ganhando consequência e se desdobrando em outros espaços educativos que passam pelo retorno à família, a busca de moradia independente ou o abrigo provisório em entidade voltada a este fim.

Ser uma iniciativa marcada pela centralidade na escola como local privilegiado e fundamental de construção da cidadania, impossível de se vivenciar estando na rua e que exige, portanto, o compromisso com o horizonte ético da inclusão e da igualdade, procurando saídas educativas que possam estimular, incentivar e despertar nas crianças e na sociedade o desejo e a vontade política de superação das desigualdades e injustiças.

Reflexões sobre o trabalho que vimos realizando

Como pensamos o trabalho de educação nas ruas ?

Considerando o histórico apresentado, o trabalho de educação de rua constitui-se operacionalmente considerando:

⊗ Pressupostos éticos:

- * Crianças e adolescentes são sujeitos de direitos
- * Os sujeitos e objetos de conhecimento são portadores de uma história
- * Os campos do conhecimento são referências - "lentes" - de leitura da realidade (antropologia, psicanálise, pedagogia, marketing)
- * As ações educativas e assistenciais tem como produtos, os possíveis do encontro do educador e educando, num determinado tempo e espaço

⊗ Conteúdos:

Os temas gerais estão ligados aos direitos fundamentais, que são postos em pauta através de atividades pedagógicas realizadas nas ruas.

⊗ Método:

Se dá através de três momentos - o primeiro é de observação no espaço das ruas, tendo como foco crianças e adolescentes em situação de rua num determinado território, onde os profissionais educantes passam a ser habitantes que aguardam ser abordados pelos garotos. Esta espera se efetiva de forma

- * estabelecer relações na comunidade é um direito.
- o tempo de permanência da criança na situação de abrigo deve se determinar por um processo que produza o acolhimento da criança numa moradia em que os cuidados dispensados pelos adultos seja motivado pelos laços afetivos e não por um contrato profissional. No decorrer deste processo dois pontos devem estar em pauta todo o tempo, as possibilidades da criança e do adolescente e a competência da equipe profissional em produzir um espaço acolhedor e seguro (porém produtor de incompletude) no abrigo e a perspectiva de um outro espaço de moradia também acolhedor e seguro (também produtor de incompletude).
 - as atividades devem ser parapedagógicas, ou pré-escolares, no sentido de dar acesso a práticas que produzam curiosidade (vontade de mais saber) - estas atividades são também mediadoras das relações afetivas (expressão de afetos: carinho, raiva, etc)
 - a vida coletiva no abrigo não pode ser burocrática, a rotina deve ter como regra a flexibilidade, para que possa estabelecer um clima de acolhimento, os adultos acolhem as diferenças - cabe no abrigo as diferenças individuais
 - os conteúdos da rotina: as atividades de vida diária, seus conteúdos devem ser tratados como objetos de aprendizagem

Como pensamos a rede operacional ?

Estamos redigindo o texto

Tento entender
fazer um
desenho

